

RESOLUÇÃO Nº. 010/2017

Revoga a resolução nº 004/2011, dispõe sobre a nucleação das Escolas Públicas Municipais de Maranguape e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARANGUAPE, no uso de suas atribuições legais, considerando que:

a) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seus Artigos 10 e 11, determina como incumbência do Estado e dos Municípios, organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições de seu sistema de ensino, integrando-se às políticas e planos educacionais da União e dos Estados, e exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

b) Os municípios, como entes federados, têm autonomia para organizar, no plano de educação decenal os níveis da educação infantil, o ensino fundamental e as modalidades: educação especial, educação de jovens e adultos e educação em tempo integral;

c) O município de Maranguape tem sistema próprio de ensino, nos termos da Lei Nº. 1.651 de 08 de abril de 2002;

d) O Conselho Municipal de Educação analisa processo de credenciamento e/ou recredenciamento das unidades escolares integrantes da rede pública municipal de ensino, com organização e padrões de nucleação denominadas de polo ou anexas.

e) Cabe ao Conselho Municipal de Educação, enquanto órgão normativo do Sistema de Ensino Municipal regulamentar as instituições oficiais de sua jurisdição.

RESOLVE:

Art. 1º - É da responsabilidade do poder público municipal, a reorganização e redistribuição das escolas municipais por meio da nucleação visando melhor atendimento das necessidades geográficas, administrativas e pedagógicas da população escolar.

Art. 2º - Entende-se por nucleação a organização das instituições de educação pública municipal no perímetro geográfico onde estão concentradas várias escolas, nas quais serão garantidas a qualidade e a eficiência do ensino, sob a gestão unificada de uma escola, que será denominada pólo.



§ 1º – Será classificada como polo a escola com as seguintes características:

- I. Matrícula acima de 150 alunos;
- II. Corpo Técnico composto por:
 - a) **Núcleo Gestor completo** – diretor(a) geral, coordenador(a) pedagógico(a), secretário(a) escolar;
 - b) **Organismos colegiados**: conselho escolar e grêmio estudantil atuante;
 - c) **Trabalhadores em educação** – bibliotecário (a) e/ou regente de sala de leitura com formação técnica adequada; vigias; auxiliares de serviços (merendeiras, zelador(a), entre outros).
- III. Equipamentos de suporte pedagógico – televisor, computador, internet, serviço de som, data show;
- IV. Estrutura física contendo espaço para recreação; auditório; biblioteca ou sala de leitura; sala de professores; almoxarifado; refeitório; depósito para armazenamento dos gêneros alimentícios; espaço administrativo (secretaria escolar e núcleo gestor).
- V. No caso de atendimento de turmas da educação infantil – pré escola, no mínimo 1(um) banheiro adequado.

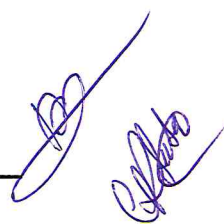
§ 2º - A escola polo, a qual a soma de sua matrícula e das respectivas anexas for igual ou superior a 500 alunos, terá dois coordenadores pedagógicos.

§ 3º - As escolas polos que tiverem dois coordenadores pedagógicos deverão incluir no calendário anual visitas nos respectivos horários de funcionamento das escolas anexas, asseguradas as despesas de deslocamento das visitas.

Art. 3º - São objetivos da nucleação:

- a) Aumentar a possibilidade de oferta progressiva e integrada da Educação Infantil (pré-escola), Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial;
- b) Facilitar as ações administrativas e pedagógicas principalmente das escolas rurais;
- c) Otimizar recursos financeiros e didático-pedagógicos;
- d) Reduzir o número de escolas isoladas;
- e) Fortalecer a oferta com qualidade dos serviços educacionais;
- f) Conferir legitimidade aos estudos realizados.

Art. 4º - Na nucleação, levar-se-á em conta:



- I. A cooperação entre as escolas polos e anexas;
- II. A possibilidade de espaços de extensão, fusão ou desativação de escolas;
- III. A racionalização de custos;
- IV. A manutenção das unidades de ensino tão próximas quanto possível das residências dos alunos, essencialmente nas zonas rurais;
- V. A garantia para a escola polo das condições exigidas para uma escola digna, dotando-a de acordo com as prerrogativas apresentadas no artigo 2º;
- VI. Os esforços para assegurar melhorias da aprendizagem.

Art. 5º - A nucleação assegura que as escolas polos e suas anexas façam parte de um mesmo espaço geográfico (distritos e/ou localidades).

§ 1º – A nucleação será efetivada com no máximo 3 (três) unidades escolares, garantidas as condições de acesso, transporte escolar e acompanhamento administrativo e pedagógico.

§ 2º – O acompanhamento pedagógico exercido, especificamente, pelo(a) coordenador(a) pedagógico(a) deverá realizar-se quinzenalmente em todas as unidades anexas.

§ 3º – Nos casos excepcionais, o número de escolas nucleadas poderá exceder o máximo exigido por esta resolução, devendo explicitar os motivos dessa excepcionalidade junto a este conselho.

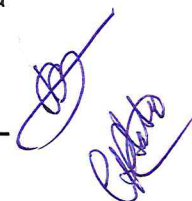
Art. 6º - As unidades escolares polos e anexas, para efeito de credenciamento, adotarão os mesmos protocolos de entrega. Porém terão pareceres específicos expedidos pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 1º – As unidades escolares denominadas anexas terão sua identidade preservada respondendo individualmente o censo escolar, como também terão seus próprios instrumentais: regimento interno e projeto político pedagógico-PPP;

§ 2º – Nos casos específicos das escolas anexas com apenas duas turmas, as mesmas podem ser contempladas no regimento interno e projeto pedagógico das escolas polos.

§ 3º - Nas situações onde a escola anexa tenha a partir de 3 (três) turmas deverá dispor de um professor/coordenador com 200h indicado pela Secretaria de Educação garantindo 100h dedicada ao trabalho administrativo.

Art. 7º - As escolas polos de que trata o art. 2º deverão ser escolhidas dentre aquelas que reúnem as melhores condições físicas e estratégicas, para nelas concentrar os serviços centrais das unidades anexas, compreendendo a administração, escrituração escolar e a assessoria pedagógica.



Art. 8º - As instituições de ensino serão denominadas polos quando estabelecidas nominalmente, através de lei ou decreto do poder executivo, respeitando todas as prerrogativas dos artigos 2º e 7º desta Resolução.


Art. 9º - É vedada a nucleação das instituições dedicadas exclusivamente à Educação Infantil. Essas instituições terão autonomia administrativa e pedagógica, com seus requisitos normativos, assegurados na resolução específica desse nível de ensino.

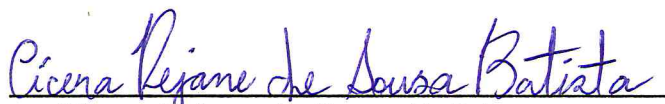
Parágrafo único – Serão consideradas instituições de Educação Infantil aquelas que ofertem exclusivamente esse nível de ensino e sejam denominadas Centro de Educação Infantil ou Creche Escola.

Art. 10 - O poder público municipal terá o prazo de 02 (dois) anos, a partir da data de homologação desta Resolução, para efetivar o funcionamento de algumas normas asseguradas no artigo 2º, § 1º, especificamente nos incisos II e IV, § 2º e § 3º.

Art. 11 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Homologada em
Maranguape-Ce, 31 de agosto de 2017.


Francisca Sirone Alcência Freire
Presidente do CME Maranguape


Cícera Rejane de Sousa Batista
Secretária de Educação